



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v14.1097>

O trabalho no processo de dominação psicossocial, durante a ditadura civil-militar (1969-1979), a partir da biopolítica de Foucault

Work in the process of psychosocial domination, during the civil-military dictatorship (1969-1979), from Foucault's biopolitics

Henrique Streit¹

Agemir Bavaresco²

Resumo

A pesquisa trata do trabalho no processo de dominação psicossocial no período da ditadura civil-militar de 1969 a 1979. O objetivo é explicitar a experiência do trabalhador sob a dominação psicossocial durante o período em análise. Qual é a estrutura e como se organiza a dominação sobre os sujeitos envolvidos nesse contexto? Como essa dominação impacta o trabalhador no que diz respeito a sua saúde psicossocial, suas motivações pessoais e seu ideal de futuro, e como são estruturadas as dimensões da organização de dominação? O referencial teórico é a teoria da biopolítica de Michel Foucault retratada, principalmente, a partir da obra “A História da Sexualidade”. Contextualiza-se, primeiramente, o período da ditadura de 1969-1979, o impacto do decreto do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), o déficit da saúde pública para garantir os direitos do trabalhador, bem como o processo de mudanças na organização econômica e trabalhista, em meio ao processo de modernização do país, que acompanhou o período da ditadura. Depois, descreve-se o papel e a influência das instituições e organizações na sociedade, a partir do psiquiatra Baremlitt, para um maior entendimento de como ocorre o processo de dominação psicossocial; adentrando o processo de mistificação à prática do trabalho, em que se constitui o sujeito, que admite a dominação como sendo natural, invariável e desejada por ele. Enfim, reconstrói-se o conceito de biopolítica foucaultiano, identificando a forma e o processo de dominação, relacionando os traços da biopolítica com as ações, decisões e impactos do governo sobre os cidadãos.

Palavras-Chave: Trabalho; Dominação Psicossocial; Regime Militar; Saúde; Biopolítica.

¹ Graduando no Curso de Psicologia – PUCRS.

E-mail: ikkistreit@hotmail.com; <https://orcid.org/0009-0007-4901-6547>.

² Professor no PPG Filosofia PUCRS.

E-mail: abavaresco@puers.br; <https://orcid.org/0000-0002-7967-4109>.

Abstract

The research deals with work in the process of psychosocial domination in the period of the civil-military dictatorship from 1969 to 1979. The objective is to explain the worker's experience under psychosocial domination during the period under analysis. What is the structure and how is the domination over the subjects involved in this context organized? How does this domination impact the worker with regard to his psychosocial health, his personal motivations and his ideal of the future, and how are the dimensions of the organization of domination structured? The theoretical reference is Michel Foucault's theory of biopolitics portrayed mainly from the work "The History of Sexuality". Firstly, the period of the 1969-1979 dictatorship is contextualized, the impact of the Institutional Act N° 5 (AI-5), the public health deficit to guarantee the rights of the worker, as well as the process of changes in the economic and labor organization, in the midst of the country's modernization process, which accompanied the dictatorship period. Afterwards, the role and influence of institutions and organizations in society is described, from the perspective of the psychiatrist Baremlitt, in order to understand how the process of psychosocial domination occurs; entering the process of mystification to the practice of work, in which the subject is constituted, who admits domination as being natural, invariable and desired by him. Finally, the Foucauldian concept of biopolitics is reconstructed, identifying the form and process of domination, relating the traits of biopolitics with the government's actions, decisions and impacts on citizens.

Keywords: Work; Psychosocial Domination; Military regime; Health; Biopolitics.

Introdução

O tema da pesquisa contempla uma análise interdisciplinar sobre os governos ditatoriais de Médici e Geisel (1969-1979), em que a população sofreu fortes influências do governo e de seu meio para uma alusão a um futuro “milagroso” em relação ao trabalho. Também analisa o transcorrer desses impactos para com a mente de uma geração distante de si e de suas motivações comuns e pessoais, em serviço, predominantemente, a uma “vida-trabalho”.

Durante os governos de Médici e Geisel, o povo brasileiro viveu a contradição entre um ideal de vida trabalhista e um ideal de futuro milagroso, visto que o ansiado futuro sonhado e intrínseco ao trabalho esteve em desacordo com a dignidade, saúde e condições de vida e de trabalho impostas naquele período de exceção. O governo utilizou diferentes formas de controle biopolítico dos cidadãos, adentrando a mídia e o patriotismo, as medidas excludentes de saúde pública, as organizações econômicas exploratórias e que maximizavam o lucro, a violência de Estado, as leis e os atos institucionais em um rompimento com a vida, a dignidade, a saúde e com os direitos humanos.

A partir da análise daquele período, primeiramente, é referenciada a obra do psiquiatra Gregório Baremlitt, “Compêndio de Análise Institucional e Outras Correntes - Teoria e Prática”, a qual se torna relevante pela sua contribuição à análise institucional, agregando à pesquisa a partir de seu constructo sobre a organização da dominação, diante das motivações por trás da prática do trabalhador. O segundo autor, Michel Foucault, torna-se relevante devido ao seu trabalho de pesquisa na área social-institucional em um conhecimento complementar ao autor Baremlitt e, neste sentido, a partir da obra "História da Sexualidade", são desenvolvidos os conceitos de biopolítica e de biopoder - conjunto de mecanismos biológicos e de estratégias de dominação e direcionamento do governo no controle da vida em sociedade, bem como os traços da biopolítica que se fizeram presentes a partir das medidas do governo no regime militar brasileiro.

O problema trata do impacto de ordem psicossocial evidenciado nas estratégias de controle e o que provoca o afastamento do indivíduo consigo mesmo numa geração submetida à "vida-trabalho", distante das próprias motivações pessoais. O objetivo é analisar, através da Psicologia e da Filosofia foucaultiana, a influência de mecanismos de controle do governo ditatorial sobre o comportamento social e seus impactos na formação de uma mente que obedece, de maneira predominante, o seu meio, em abdicação às próprias motivações e interesses sociais e pessoais.

Na primeira seção do artigo, apresenta-se a realidade do cenário analisado (1969-1979), as causas e as consequências do período de vigência do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), as medidas violentas e os danos de ordem psicossocial que as acompanharam. Em meio a esse cenário, desenvolve-se a subseção 1.1, em que são evidenciadas as medidas do governo que maximizaram a exploração da classe trabalhadora e aumentaram o nível da desigualdade social. É esclarecida a presença dos militares no ambiente trabalhista, bem como os agentes responsáveis pela violência e tortura. Na subseção 1.2, apresenta-se como foi organizada a lógica excludente à saúde pública, sendo limitada apenas a trabalhadores formais, que eram contribuintes mensais do INAMPS. Na seção 2, trata-se o constructo de Baremlitt sobre a organização da dominação. Na seção 3, são introduzidos os conceitos de biopolítica e de biopoder segundo o autor Michel Foucault e, nas subseções 3.1 e 3.2, identificam-se os traços da biopolítica a partir das medidas do governo que foram apresentadas na seção 1.

A pesquisa usa o método bibliográfico por meio de referenciais interdisciplinares em economia, história, filosofia e psicologia. O caráter exploratório desta pesquisa contempla a intersecção desses referenciais, possibilitando novas descobertas sobre influências do governo no período analisado e reflexões sobre os impactos psicossociais à luz de conhecimentos multidisciplinares.

A relevância deste artigo abrange os danos, a vulnerabilidade e a humilhação de milhares de cidadãos brasileiros. Cidadãos desapareceram, outros foram torturados, mortos, filhos perderam os pais pela violência de militares, pais viram os filhos falecerem por causas evitáveis pela falta de acesso à saúde pública e cidadãos sofrem, até hoje, de sequelas por decorrência desses fatos. Discutimos esse período enquanto leitores interessados, sem negligenciar nossa posição social e de respeito a todos que sofreram e sofrem desses danos. Que posições ideológicas não sirvam como uma “viseira” para negar as medidas desumanas de um governo ditatorial e que não ecoem mais alto do que a dignidade, a vida, o direito de ir e vir, a saúde e o que está assegurado na Constituição Federal de 1988 no artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

1 Regime Militar e Ato Institucional Nº 5 (AI-5): Dominação psicossocial

O Ato Institucional Nº 5 (AI-5), decretado em 1968, durante o governo de Artur da Costa e Silva, é o marco do estopim do processo de implantação do autoritarismo no Brasil, tendo sido o constructo autoritário organizado, até então, dentre os anos de 1964 a 1968. É também o marco do período mais sombrio da ditadura civil-militar, em que as formas de regência do país foram marcadas pela intimidação e pela cultura do medo, em que o poder de influência das forças de segurança adentrava a censura, a perseguição e a tortura, além da abertura para o governo exercer formas de controle sobre a mídia e um controle que tangenciava as organizações jurídicas. O decreto de nove páginas teve seu período de realização de 13 de dezembro de 1968 até 13 de outubro de 1978, exercido durante o último ano do governo de Artur Costa e Silva, além de toda a etapa de governo de Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel.

Em 13 de dezembro de 1968, a ditadura militar [...] decretou o Ato Institucional número 5 (AI-5), conhecido como "o golpe dentro do golpe". Oficializou-se o terrorismo de Estado, que prevaleceria até meados dos anos 70. O Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas estaduais foram colocados temporariamente em recesso e o governo passou a ter plenos poderes para suspender direitos políticos dos cidadãos, legislar por decreto, julgar crimes políticos em tribunais militares, cassar mandatos eletivos, demitir ou aposentar juízes e outros funcionários públicos etc. (ANTUNES e RIDENTI, 2007, p. 87).

Esse período turbulento traz consigo impactos de ordem psicossocial no que diz respeito à vida, à cidadania, aos direitos civis e políticos, ao acesso à saúde, ao trabalho em situações não dignas e de baixo valor de salário mínimo, ao direcionamento às motivações pessoais e ao ideal de futuro, à censura e à presença da tortura e morte por parte de agentes repressivos do governo, em meio a um intenso processo de direcionamento ao trabalho formal. Analisa-se a incongruência do governo que induz o povo a uma associação de ideal de futuro milagroso através da vida trabalhista, ao mesmo tempo em que a classe trabalhadora é explorada em menores ganhos econômicos, é fortemente excluída ao acesso à saúde pública e sofre de repressão, tortura e morte. Em outras palavras, o futuro milagroso por meio do trabalho era transmitido diante de uma realidade de medo, violência e de uma série de restrições, configurando uma problemática de ordem psicossocial no que diz respeito a trabalho, medo e obediência. Essa soma de influências ecoa em uma geração movida pela “vida-trabalho” - cenário em que a importância de um futuro ideal movido pelo trabalho encontra-se na abdicação das próprias motivações e desejos pessoais do povo.

1.1 Economia, trabalho, exploração e tortura

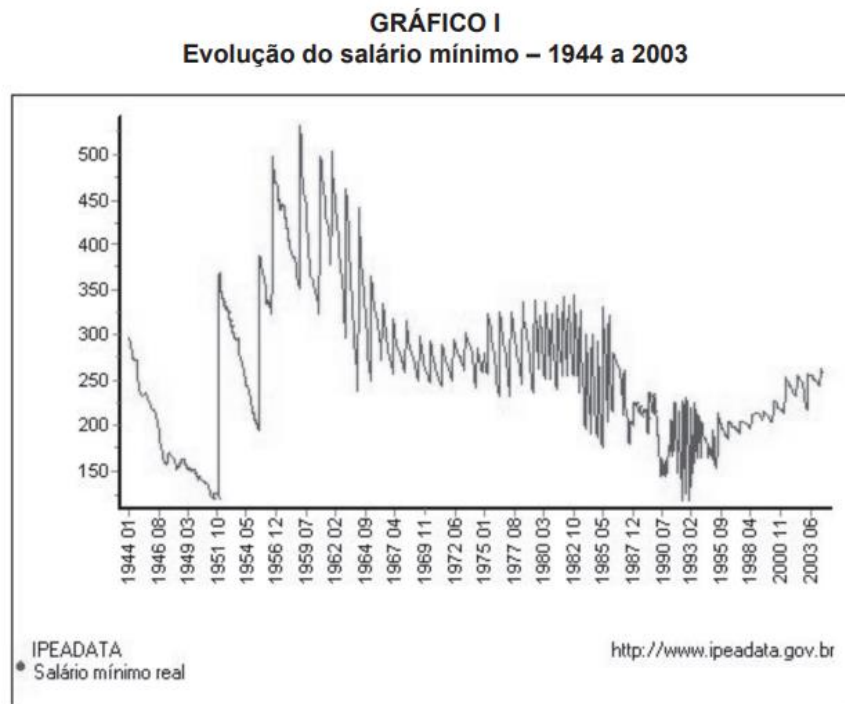
O cenário trabalhista do período analisado possuía suas organizações mediadas pelas ações do presidente Castelo Branco (1964-1967), durante o início da ditadura civil-militar brasileira. Durante seu primeiro ano de mandato, suas medidas visaram desarticular os sindicatos de trabalho, visto que eles representavam a principal frente à ascensão das lutas dos trabalhadores para assegurar seus direitos. Também incentivaram fortemente o desenvolvimento de empresas estrangeiras, através de acordos e interesses com os Estados Unidos no processo de modernização e desenvolvimento nacional - estabelecido, principalmente, pelo medo de que o subdesenvolvimento incentivasse uma abertura

à população para propostas socialistas, visto o cenário de guerra fria mundial. Dessa forma, as medidas prejudicavam pequenas e médias empresas, ao mesmo tempo em que tornavam o trabalho no meio rural instável, volátil e incerto, como consequência, se transmitia uma maior segurança e estabilidade ao trabalho ligado a empresas estrangeiras, processo que é caracterizado por autores como sendo um “corporativismo exclusivo”. É possível entender esse planejamento a partir da passagem:

Ele [presidente Castelo Branco] estabeleceu o arrocho salarial, revogou o decreto que desapropriava terra às margens das estradas para a reforma agrária, revogou a nacionalização das refinarias particulares e o decreto que congelava os aluguéis, restringiu o crédito às pequenas e médias empresas, deu as mais amplas garantias ao capital estadunidense que foram estabelecidas pelo Acordo de Garantia dos Investimentos Norte-Americanos no Brasil. No campo trabalhista houve grande retrocesso, com o fim da lei que garantia estabilidade aos trabalhadores após dez anos de trabalho na mesma empresa (LARA e SILVA, 2015, p. 278).

O arrocho salarial, mencionado na citação, ocorre a partir de uma política que opta por fixar reajustes salariais, sem acompanhar a inflação. Como consequência, como demonstrado no gráfico 1, a partir do governo Castelo Branco (1964) até o ano de 1983, o salário-mínimo ficou abaixo dos sete anos que antecederam a ditadura, ao mesmo tempo em que seu reajuste não foi significativo durante esse período de quase 20 anos e, como consequência, em meio ao processo de modernização do país, também se elevou a pobreza, a desigualdade, a fome e a doença. Isso se justifica a partir de uma lógica de concentração de renda (acumulação predatória) com o aumento dos lucros pela contenção dos custos de produção. Essa contenção de custos é organizada através de um trabalho sub-remunerado. Compreende-se as motivações dessa estratégia por meio das ponderações de Lara:

A fixação dos reajustes foi utilizada como instrumento de maximização da exploração da força de trabalho, um meio para realizar a ‘acumulação predatória’ (pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho). ‘Tratou-se de uma política salarial dirigida abertamente contra a massa da classe trabalhadora, em especial a classe operária, sobre a qual se descarregou o custo decisivo da ‘estabilização econômica’: com o arrocho, garantiu a superexploração dos trabalhadores para a multiplicação dos lucros capitalistas’ (LARA e SILVA, 2015, p. 279).

Gráfico 1 - Evolução do salário-mínimo – 1944 a 2003Gráfico 1:³

Ciente da insatisfação gerada pelo baixo salário-mínimo, pela fixação dos reajustes salariais e pelas medidas que desfavoreciam instâncias do campo do trabalho, o regime civil-militar estabeleceu, no mesmo ano, a Lei Nº 4330, de 1º de junho de 1964, também conhecida como “Lei antigreve”. Essa lei estabeleceu a proibição da greve legal, adentrando os setores de serviço público e essenciais, das empresas estatais, das greves de solidariedade e das greves de ordem política, social ou religiosa. Como consequência, as greves registradas foram de 302, no ano de 1963 para inexistentes no ano de 1971 (ver Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 69). A finalidade estava em cessar reivindicações entre empregado e empregador para não comprometer e desestabilizar a economia nacional.

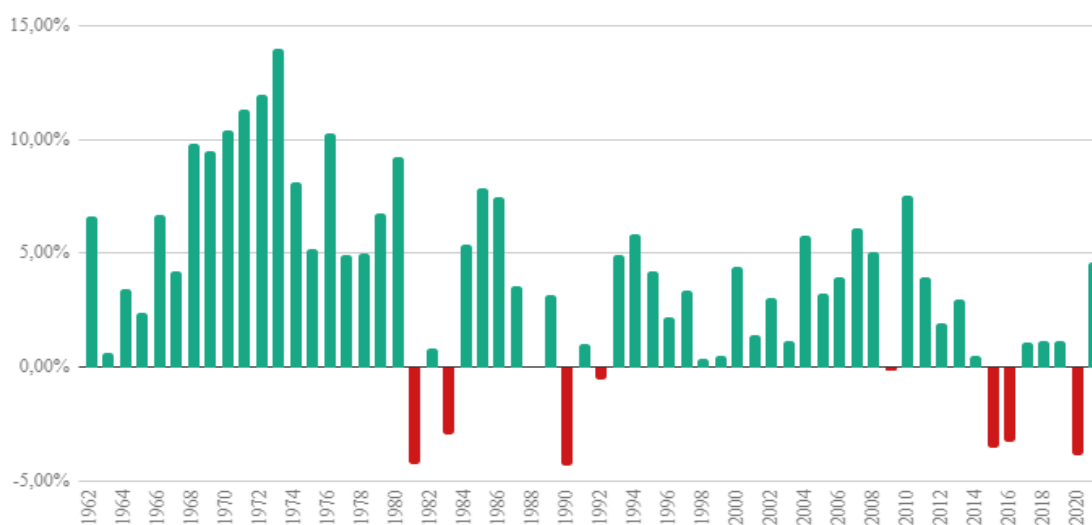
Nesse mesmo período, de março de 1964 até o fim do ano de 1968, foi reorganizado o sistema financeiro do Brasil, num processo denominado de “milagre

³ ESTE, Maria das Graças Mangueira. Salário Mínimo – Uma História de Luta (p. 16). Senado Federal, Brasília, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

econômico”, pelo objetivo de extensa expansão econômica, estendendo-se até 1973, durante o governo Médici.

O país viveu o período de maiores índices de desenvolvimento e crescimento econômico, com taxas de crescimentos que oscilaram entre 7% e 13% anualmente, além de um crescimento significativo do PIB - de 9,50% em 1969 para 13,97% em 1973, atingindo o valor mais elevado da história do país, como evidenciado pelo gráfico 2.

Gráfico 2 - Evolução do PIB – 1962 a 2020



<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>

Gráfico 2:4

Naquele período, Médici saudou o avanço econômico como sendo uma consequência direta do regime militar, cultuou-se a prosperidade por meio do trabalho e propagou-se o orgulho nacional por meio de propagandas ufanistas de ordem patriota, como, por exemplo, o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, propagado em 1973. Porém, como desenvolvido anteriormente, a presença de alianças internacionais diante do cenário de guerra fria e a abertura ao mercado internacional, tornaram os fatores de desenvolvimento muito mais próximos de uma influência da guerra fria do que uma causalidade nacional.

Como consequência dessa aliança, durante o “milagre econômico”, o Brasil cresceu significativamente nos setores industriais e de exportação agrícola, o

⁴ GAZETA DO POVO. PIB do Brasil - Histórico e Evolução – Infográficos. Série Histórica – PIB Brasileiro Anual Desde 1962, 2021. Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>>

petróleo era comprado a um baixo valor, as regiões da Amazônia e Centro-Oeste passaram a ser mais exploradas economicamente⁵, foi expandido o mar territorial de 12 para 200 milhas e o país desenvolveu-se através de investimentos em novas tecnologias e infraestruturas – como hidrelétricas, estradas, rodovias, pontes, usinas nucleares. Ademais, existiu um aumento de empregados no trabalho formal, como consequência do forte direcionamento que ocorria desde 1964. Contudo, os recursos financeiros responsáveis pelo crescimento nacional foram, em sua grande maioria, empréstimos estrangeiros e que resultaram em um alto valor de dívida externa ao país. Dessa forma, analisa-se o primeiro grande impacto negativo do “milagre econômico” – como consequência do valor elevado de dívida externa, existiu um bloqueio no desenvolvimento e crescimento econômico do Brasil nas décadas seguintes, evidenciado, no gráfico 1, através da queda do valor do salário-mínimo dentre os anos de 1982 a 1990 e, no gráfico 2, a partir da queda e inconstância do PIB nos anos de 1981 até 1992 (no ano de 1981 chegou a -4,25% e, no ano de 1990, a -4,35%, ocupando o valor mais baixo de todo o gráfico, que estende os dados do PIB nacional até o ano de 2020).

O valor de dívida externa do Brasil, durante o primeiro ano do milagre (1969), alcançou 4,4 bilhões de dólares e, durante o ano final (1973), 12,5 bilhões de dólares, ou seja, esse valor quase triplicou – um milagre na modernização, no crescimento e no desenvolvimento às custas de dívidas ao mercado internacional. Esses valores são ilustrados a partir do gráfico 3 abaixo.

⁵ Existem pesquisas que evidenciam que boa parte do trabalho que ocorria na região da Amazônia, durante o período de exploração do milagre econômico, era considerado como um trabalho escravo, alcançando um número próximo a 90 mil trabalhadores escravizados: “Há que se destacar as matérias feitas pelo Jornal do Brasil, na década de 1970, noticiando flagrantes de trabalho escravo, pela Polícia Federal, nas fazendas da Amazônia, até mesmo denunciando a existência de grandes cemitérios clandestinos” [...] [Na Amazônia] Diante de um quadro violento de expansão das grandes empresas privadas e dos conflitos sociais desencadeados, além da utilização de trabalho escravo, um escândalo social, apontando um número de aproximadamente 90 mil trabalhadores escravizados a partir de 1970” (ver GUIMARÃES NETO, 2014, p. 138 e 141).

Gráfico 3 - Brasil e o setor externo – 1967 a 1973

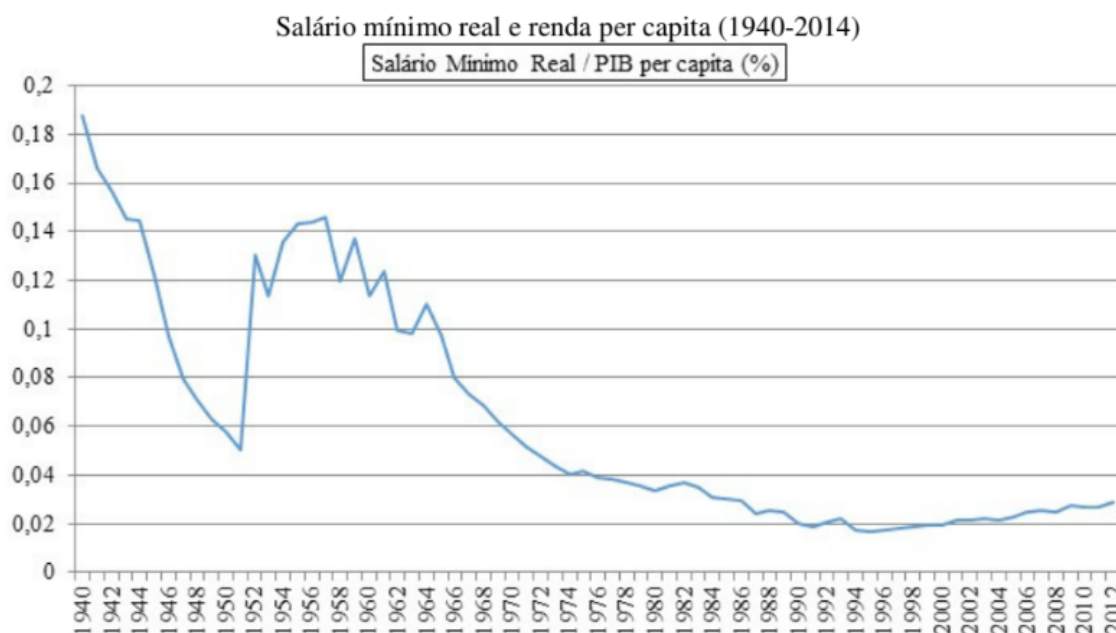
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973
	US\$ milhões						
Transações correntes	-276	-582	-364	-839	-1630	-1688	-2085
Balança comercial	213	26	318	232	-344	-241	7
Exportações	1.654	1.881	2.311	2.739	2.904	3.991	6.199
Importações	1.441	1.855	1.993	2.507	3.247	4.232	6.192
Serviços e rendas	-566	-630	-713	-1.092	-1.300	-1.452	-2.119
Conta capital e financeira	49	680	936	1.281	2.173	3.793	4.111
Empréstimo e financiamentos	33	490	709	843	1.699	3.067	2.410
Saldo do BP	-262	97	531	534	537	2.538	2.380
Dívida externa	3.281	3.780	4.403	5.295	6.622	9.521	12.571
Reservas internac.	198	257	656	1.187	1.723	4.123	6.416

Gráfico 3: ⁶

O segundo grande impacto negativo diz respeito a uma distribuição de renda incongruente com o conseqüente crescimento da desigualdade social. Além do arrocho salarial desde 1984, houve também um grande declínio na relação de salário mínimo e renda per capita durante o início do “milagre econômico” acompanhando os anos seguintes. A partir da comparação do gráfico 4 com o gráfico 1, identifica-se que, durante os anos do arrocho salarial, evidenciados no gráfico 1 entre os anos de 1964 a 1983, o salário-mínimo permaneceu sem reajustes significativos e, analisando o gráfico 4, percebe-se que, no mesmo período de tempo do arrocho, houve um declínio significativo da relação de salário-mínimo e renda per capita durante o início do “milagre econômico” (1969), estendendo-se às décadas seguintes.

⁶ ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. *A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma - Novas Interpretações* (p. 303). São Paulo: Hucitec Editora, 2021.

Gráfico 4 - Salário mínimo real em relação a renda per capita – 1940 a 2014

Gráfico 4:⁷

O fim do “milagre” ocorreu no ano de 1973, quando os países produtores de petróleo pararam de comercializar com todos aqueles que não fossem aliados de Israel, como consequência, o valor do petróleo ficou quatro vezes mais elevado em apenas um ano. Em resposta, os Estados Unidos cessaram com os empréstimos ao Brasil e elevaram os juros da dívida externa. O governo Geisel (1974 a 1979) enfrentou dívidas externas em meio ao “Primeiro Grande Choque do Petróleo”, contudo, o presidente seguiu enfatizando o ideal de futuro próspero por meio do trabalho, como, por exemplo, através da propaganda institucional “Governo Geisel – Trabalho e Paz”, transmitida em televisão aberta durante a metade do ano de 1976, em que se cultuou o trabalho, junto do uso e abuso de símbolos e elementos patriotas.

Diante do cenário e da organização econômica da época, houve danos e impactos negativos ao meio trabalhista por meio da organização e do uso da violência, perseguição e exploração aos trabalhadores durante a ditadura civil-militar. Em 2011, foi instituído o colegiado da Comissão Nacional da Verdade

⁷ BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. A Distribuição de Renda Durante o “Milagre Econômico” Brasileiro - Um Balanço da Controvérsia (p. 4). São Paulo: Instituto de Economia – Unicamp, 2015.

(CNV)⁸, o qual, durante três anos (2011 a 2014), teve o objetivo de investigar as violações dos direitos humanos ocorridas dentre o período de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, adentrando, dessa forma, todo o período do regime militar, objeto deste estudo. Como é desenvolvido no texto 2 do relatório final da CNV:

[A partir de 1964] as panfletagens, as greves, a organização de comissões de fábrica, a participação nas Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAS) [...] todas essas ações tornaram-se muito arriscadas, trazendo, frequentemente, como consequência a demissão por justa causa, o desemprego por meses e anos, a prisão [...] São reiterados os casos de filhos de trabalhadores que viram seus pais serem espancados e arrancados de casa, de esposas que foram submetidas a torturas físicas e psicológicas para delatarem seus companheiros, de famílias que tiveram seus lares invadidos, seus bens materiais vistoriados, seus utensílios quebrados (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 65 e 66).

O relatório também evidencia a presença do Estado no ambiente fabril de trabalho e a presença de militares em seus cargos chefes, usando a punição, a violência e a repressão para assegurar o melhor rendimento dos trabalhadores, compondo uma lógica de dominação, danos e ausência da dignidade, em nome da maximização do lucro.

Destaque-se nesse contexto a evidência de um padrão de monitoramento, controle e repressão fabril altamente complexo: divisões de recursos humanos, de segurança patrimonial e outras, sob o comando do Estado, articulando-se regionalmente e compondo uma rede estatal-privada destinada a conter, disciplinar e reprimir, para obter maior rendimento no trabalho. [...] constatou-se outra estratégia para a militarização das fábricas, que consistiu na sistemática substituição dos civis que ocupavam cargos de chefias e diretorias, por militares, no imediato pós-golpe. [...] sua articulação, capilarização e militarização produziram um fenômeno novo: um novo regime fabril, baseado na vigilância e controle militarizados para a obtenção da maior taxa de exploração da força de trabalho, articulado a um novo regime de acumulação (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 67 e 68).

Outro fator desenvolvido, segundo o relatório, demonstra que muitos dos trabalhadores que se rebelassem ou fizessem qualquer atividade suspeita possuíam suas fichas marcadas, indicando-o como um “incriminado” e, como consequência, não recebiam qualquer tipo de promoção no trabalho.

⁸ A leitura da Comissão Nacional da Verdade (CNV) Texto 2 - Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores, presente nas referências, é a principal indicação bibliográfica aos interessados no assunto de ditadura civil-militar brasileira, a vida trabalhista, danos e tortura que acompanharam a época.

[...] trabalhadores de base que tiveram suas carreiras paralisadas por anos, sem obterem promoções, possuíam em suas fichas algum fato “incriminador”, como a participação em uma assembleia ou a leitura de um periódico considerado suspeito (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 67).

Como consequência desse cenário desumano, segundo o relatório, o Brasil ocupou, no ano de 1976, o posto de 1º lugar no mundo enquanto país com maiores números de acidentes no meio trabalhista, como constatado: “Uma das consequências mais trágicas [...] foi a posição de ‘campeão mundial de acidentes de trabalho’, com 1.743.025 sinistros e 3.900 mortes, atingida pelo Brasil em 1976.” (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 70).

A respeito do processo de prisão e tortura durante o regime militar, o relatório aborda a ilegalidade das prisões da classe trabalhadora: “Essas prisões ilegais e arbitrárias configuram graves violações aos direitos humanos praticadas contra os trabalhadores sem o respeito às formalidades legais, sem mandado de prisão, sem comunicação a um juiz, sem a indicação do crime cometido pelo preso” (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 73).

Segundo o relatório, a organização da tortura e seus objetivos almejavam anular a personalidade dos sujeitos em suas capacidades físicas e mentais e, assim, assegurar uma não participação na vida em sociedade, como desenvolvido:

As Forças Armadas brasileiras incorporaram a tortura como estratégia e prática fundamental do Estado de Segurança Nacional implantado. A tortura consiste não somente em impor, intencionalmente, dor física ou moral a uma pessoa, mas também em utilizar métodos que objetivam anular sua personalidade ou diminuir-lhe a capacidade física ou mental (Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 76).

Em setembro de 1970, durante o governo Médici e o período de vigência do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), foram criados os órgãos Destacamento de Operações e de Informações (DOI) e Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), ambos diretamente ligados ao exército e aos principais responsáveis pela perseguição, prisão e tortura durante o regime militar brasileiro. Por consequência das suspensões do *habeas corpus* e dos direitos políticos dos cidadãos, os DOI-CODI possuíam maior poder para o uso e abuso da força, do controle e da violência. Dessa forma, o ciclo de repressão completava-se pelo: uso e abuso da força; prisões ilegais e arbitrárias; tortura e morte; e inexistência de proteção e do ato liberatório da prisão. A tortura foi uma prática presente desde o início da ditadura, em 1964,

contudo, foi durante o período de regência do AI-5 (1968-1978) e com a consolidação do DOI-CODI (1970) que passou a ser uma prática ainda mais recorrente.

As formas de tortura eram diversas e organizadas, principalmente, através de agressões físicas, afogamentos (por vezes, em urina e fezes), choques elétricos, humilhações, terror psicológico, uso do “pau de arara”⁹ e “telefone”¹⁰, além do isolamento em ambientes sujos, sem ventilação, sem luz e sem alimentação adequada. As sequelas aos incontáveis sujeitos acometidos pela tortura, principalmente, a classe trabalhadora, abrangem perda da audição e visão, deformações, lesões e fraturas permanentes em membros do corpo, membros decepados, perda de dentes, cicatrizes, problemas circulatórios, labirintite, traumas, depressão, transtornos psicóticos, tentativas e a presença do suicídio. Houve também casos de internações permanentes em hospitais psiquiátricos por conta de danos pós-tortura. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade levantou a ocorrência de 114 mortes de trabalhadores por meio de execuções e desaparecimentos forçados, dentre os anos de 1964 e 1988, principalmente, na década de 70 (ver Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Muitas mortes da época permanecem dúbias por conta de falsos laudos médicos, os quais forjavam falsas causas de morte e ocultavam a presença da tortura, o que permite inferir que o número de mortos seja ainda superior aos 144 brasileiros registrados pelo relatório da CNV. Como desenvolvido por Borges (2008):

Outro grave problema se refere às vítimas que acabavam sendo mortas durante a tortura. Médicos legistas forneceram laudos falsos que ocultavam as marcas das torturas. Também justificavam as mortes como sendo de causas naturais ou por atropelamentos, suicídios e mortes em tiroteios. Muitos legistas apresentavam os torturados como se estivessem gozando de perfeita saúde. Muitos cadáveres foram sepultados anonimamente, e até hoje familiares não sabem o que aconteceu com os corpos das vítimas. O objetivo desta ocultação era o de evitar que os familiares constatassem as marcas das torturas praticadas (BORGES, 2008, p. 5).

⁹ “Pau de arara” consiste no torturado ser amarrado enquanto abraça os joelhos, então uma barra de ferro é introduzida e juntamente amarrada à região de trás dos joelhos e das mãos. O preso político é erguido de cabeça para baixo a uma altura de, aproximadamente, 20 ou 30 centímetros. A tortura gera dores nos músculos e articulações, dores de cabeça e, por vezes, resulta em óbito.

¹⁰ “Telefone” consiste no torturador, com ambas as palmas da mão em posições côncavas, aplicar um golpe em ambas as orelhas do torturado ao mesmo tempo. O choque do ataque, por conta da forte pressão, gera danos ao ouvido do torturado, podendo romper o tímpano, deixando-o surdo.

1.2 Saúde pública e exclusão

Em 1964, ocorreu uma reformulação nas estruturas do sistema da previdência social no país, resultando na junção de todos os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) para a consolidação do Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), posto em prática no ano de 1966 e sendo extinto apenas no ano de 1993 pela lei federal nº 8.689, ou seja, esteve em prática durante todo o regime militar, objeto de estudos. Em 1977, durante o governo Geisel, o INPS transferiu funções para duas novas instituições: o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), com as funções de gestão financeira e da organização da assistência médica àqueles que contribuíam ao serviço, respectivamente. Essa organização pode ser compreendida através de escritos do próprio diretório de arquivos do governo:

O novo sistema [INAMPS] transferiu parte das funções até então exercidas pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) para duas novas instituições. A assistência médica aos segurados foi atribuída ao INAMPS e a gestão financeira, ao Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), permanecendo no INPS apenas a competência para a concessão de benefícios (Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2022).

O sistema de saúde pública, à época, era institucionalizado e restringido apenas àqueles que contribuíam com a previdência social, ou seja, aos contribuidores que possuíam emprego formal e os pagamentos previdenciários atualizados ao INAMPS. Essa lógica excluía o direito à saúde para aqueles que não conseguiam arcar com esses custos, também para os trabalhadores informais, os desempregados e a população que vivia no meio rural, por conta da ausência da carteira de trabalho. Dessa forma, o governo usava estratégias que direcionavam a população ao trabalho formal a partir de uma lógica excludente de acesso à saúde.

A lógica estabelecida na época, com a presença do INAMPS, era de que os valores da contribuição previdenciária pudessem ajudar na modernização de equipamentos, produtos de insumo e tecnologias ligadas à medicina, acompanhando o processo de modernização que o país se encontrava, ou seja, os trabalhadores formais eram privilegiados com a saúde “pública” e ajudavam a custear os próprios serviços médicos modernos recebidos.

Contudo, essa lógica não se manteve, pois, a partir do ano de 1980, o INAMPS começou a perder as forças, principalmente, por conta de uma má gestão financeira, gerando impactos negativos para a previdência social.

À época, as maiores incidências eram relacionadas à falta de saneamento básico, que afetou a classe trabalhadora e suas famílias, em especial, as crianças, com estatísticas que demonstram mais de 1,4 milhão de mortes em cinco anos (1973 a 1977), como desenvolveu Soares em uma publicação do ano de 1977:

No Brasil, 72% dos que morrem no país têm menos de 50 anos e 46,5% são crianças menores de quatro anos [...]. Nos últimos cinco anos [1973-77] em todo o Brasil, 1.417.500 crianças morreram por causas evitáveis, associadas à desnutrição e à falta de saneamento, como difteria, coqueluche, sarampo, tétano, poliomielite e doenças diarreicas (SOARES, 1977, p. 39).

Soares também trouxe dados a respeito da época, os quais demonstram que a infecção de tuberculose chegava entre 500 e 600 mil doentes por ano e, desses, 100 mil faleciam, sendo que apenas 10% eram tratados. No município de São Paulo, em 1973, 70 entre 100 alunos abandonaram seus cursos por conta de problemas de saúde e 89% dos estudantes de todo o estado de São Paulo eram portadores de parasitas intestinais. No Rio Grande do Sul, 1 milhão das 2,6 milhões crianças do estado eram desnutridas. No Nordeste, 65% das crianças eram desnutridas.

A partir dessa análise e dos dados trazidos, evidencia-se o enorme número de perdas daqueles que não possuíam o privilégio de uma assistência médica adequada, principalmente, pais que perdiam suas crianças. Além disso, identifica-se que o setor hospitalar organizava-se a uma lógica prioritariamente lucrativa e sem abertura aos brasileiros.

Analisando a vida trabalhista da época, verifica-se que os cidadãos recebiam um valor de salário-mínimo exploratório em um ambiente violento, sem dignidade e com a presença da tortura e morte, muitos sofriam da perda de entes familiares, principalmente, seus filhos, por conta da desnutrição, da falta do saneamento básico e da falta de assistência médica adequada, pela ineficácia do serviço “público” de saúde. Além de incalculáveis e imensuráveis casos de estresse, ansiedade e depressão por conta das condições de trabalho impostas – sintomas que, à época, não eram compreendidos e tratados. Como consequência, se vivia sem dignidade e sem direitos civis e sociais assegurados, muitos foram mortos por causas evitáveis, outros foram torturados ou mortos por militares, o nível de pobreza aumentou. No

entanto, no mesmo período, louvava-se a excepcional fase de crescimento econômico, chamada de “milagre econômico”.

A análise histórica construída na seção 1 evidencia as desumanas e despreocupadas medidas de um governo que usou e abusou do poder, medo e terror, e sobre os danos ao povo brasileiro em meio a essa violenta lógica de dominação – em que se fizeram presentes a exploração, a exclusão, a tortura, a morte, a cessão de direitos básicos e necessários, de saúde, de saneamento básico, da vida e da dignidade. A seção 2 retratará como essa dominação foi organizada e potencializada pelo governo e como operou na vida e nas motivações do trabalhador, segundo o autor Gregório Barenblitt.

2 Instituições e organizações: contradições da “Vida Trabalho”

Com base nas leituras do psiquiatra argentino Barenblitt (2002), o estudo desenvolve a sua abordagem referente ao constructo da dominação, a partir dos seus estudos sobre análise institucional. Utilizamos a sua teoria como uma forma de criticarmos o trabalho quando estabelecido em um contexto patológico e desumano de dominação, em que a dignidade e a vida do trabalhador são desconsideradas em nome da exploração, do desempenho e do lucro. A análise do contexto histórico da ditadura civil-militar brasileira, presente na seção 1, evidencia essas características e expõe uma doentia realidade de exclusão à saúde pública, acumulação predatória, tortura, estresse, depressão, mortes e danos irreparáveis ligados à vida trabalhista. Dessa forma, não é desconsiderada a relevância do trabalho enquanto constituinte da antropologia humana, pois o estudo analisa-o em sua organização e o que o torna patológico em um contexto de dominação psicossocial em meio ao regime ditatorial brasileiro.

Segundo Barenblitt, entende-se a influência das instituições através da compreensão da relação e comunicação entre as unidades: sociedade - instituição - organização - estabelecimento - equipamento - agente - práticas. Conforme o autor, a sociedade representa um entrelaçamento de instituições e elas, por sua vez, exercem a regulação e a reprodução da vida em sociedade – as relações entre os seres humanos em que cada um cede da sua vida em prol da vida da sociedade. As organizações cumprem a função das instituições de regularem a vida através do realizar e através do sentido de sua materialização. São exemplos de organizações:

os Ministérios de saúde, educação e justiça, também as forças de segurança pública – brigada militar, polícia federal e estadual. Estabelecimentos são locais em que se encontram os conglomerados de dispositivos técnicos – aparelhos, máquinas, livros, arquivos, que, por sua vez, são chamados de equipamentos. São exemplos de estabelecimentos: fábricas, escolas, igrejas, bares. Os agentes são os sujeitos que realizam a atividade prática dentro dos estabelecimentos - o termo “sujeito” pode conferir, nesse contexto, um sentido semântico de um ser sujeitado, submisso, ou dependente ao meio, sendo atribuído um sentido de obediência e submissão. A respeito do processo do exercer da prática, o autor esclarece: “Práticas que podem ser verbais, não-verbais, discursivas ou não, práticas teóricas, práticas técnicas, práticas cotidianas ou inespecíficas. Mas é nas ações que toda essa parafernália acaba por operar transformações na realidade” (BAREMBLITT, 2002, p. 28).

Dentro das unidades de instituição e organização, o autor estabelece quatro conceitos: instituídos; organizados; instituintes; organizantes. Os instituídos e organizados representam os resultados do exercer das funções das instituições e organizações, enquanto os instituintes e organizantes são o processo do exercer dessas funções, almejando chegar a um resultado. Dessa forma, o autor estabelece que as práticas realizadas pelos agentes representam instituintes e organizantes em suas motivações para chegar aos instituídos e organizados almejados. A respeito desse processo, o autor desenvolve:

[...] os instituídos e os organizados apresentam, predominantemente, frequentemente, funções a serviço da exploração, da dominação, da mistificação. E as exprimem de tal maneira que as fazem parecer "naturais", desejáveis e eternas, ao passo que o instituinte e o organizante são sempre inspirados pela utopia, estão sempre a serviço dos objetivos que, provisoriamente, chamamos de Justiça, de Igualdade e Fraternidade. Podem ser chamados de outra maneira. Essas forças, esses processos, recebem o nome de funcionamento. [...] A função, [...] se apresenta aos olhos não atentos como eterna, natural, desejável e invariável (BAREMBLITT, 2002, p. 32).

Barembritt afirma que, para existir uma sociedade humana, são necessárias, no mínimo, quatro instituições humanas: língua; parentesco; religião; divisão de trabalhos. Esse conjunto é interdependente entre si, atuando em conjunto no outro, pelo outro, para o outro, desde o outro. A partir da leitura do autor, entende-se que uma das instituições necessárias para a existência da sociedade, a divisão do trabalho, está submetida a uma lógica de exploração, dominação, mistificação e, como consequência, a presença da alienação. Isso ocorre quando a utopia no cenário

de trabalho adentra um falso conceito, ou um conceito místico, em que a realidade de sofrimento submetida ao trabalhador é natural e desejável, através de uma lógica de instituintes e organizantes x instituídos e organizados.

A abordagem de Baremlitt se aprofunda em como ocorre o processo de dominação do sujeito: quando a utopia da conclusão de uma prática intoxica as motivações da sua realização, criando um falso conceito “místico” de que essa prática, que pode ser exploratória, é, na verdade, algo normal, desejável e invariável. A partir dessa lógica, instituições e organizações usam e abusam da utopia da conclusão da prática e de seu conceito de mistificação, presente, no período analisado, através da promessa de futuro milagroso vinculado à “vida-trabalho”.

Avaliando o cenário brasileiro no período analisado, identifica-se que as estratégias de dominação do governo, presentes na seção 1, ganharam força em nome da utopia que acompanhava a época, no almejar de um objetivo final milagroso (instituídos e organizados) que, por consequência, fez desse processo intoxicado pelos falsos conceitos de que a realidade imposta era natural, desejável e invariável. Dessa forma, permitia-se o direcionamento ao trabalho formal, acompanhado do medo na exclusão da saúde, da ausência da dignidade, por meio do baixo salário-mínimo fixo e exploratório, da subjugação ao interesse de modernização agressiva do governo, da presença da violência e tortura e da contradição imposta no discurso que vinculava um futuro milagroso intrínseco à “vida-trabalho”.

3 Biopolítica, ditadura e o trabalho

Em 1976, o filósofo e historiador francês, Michel Foucault, escreveu o livro “História da Sexualidade” e desenvolveu estruturas que dizem respeito à biopolítica e biopoder – o sexo enquanto forma de um controle contraído e volúvel no diálogo entre a vida das pessoas e a vida da sociedade, sendo uma complementar e intrínseca a outra. Foucault admite, dentro da dimensão do biológico, o sexo como organização dotada da capacidade de se reproduzir, não apenas dos seres vivos, mas também da vida. Dessa maneira, também existe uma vida, de caráter biológico, da sociedade, que igualmente se reproduz, e possui sua ordem reprodutiva validada através da congruência da entrega da vida dos cidadãos para com o seu meio – o seu tempo, o seu trabalho, a sua produção, a sua reprodução. Assim, a sociedade

reproduz-se através da produção e reprodução e o sexo representa uma entidade de vida, prazer, produção e continuidade.

3.1 Os traços da biopolítica

Em *História da Sexualidade*¹¹, o autor estabelece traços em um jogo de investigações para o entendimento dessa mútua relação entre os cidadãos e a sociedade. Os traços existentes são: A relação negativa; A instância da regra; O ciclo da interdição; A lógica da censura; A unidade do dispositivo.

a) *A relação negativa*: o traçar dos limites e do embuço do sexo e do prazer. O poder age sobre rejeição, afastamento, exclusão, recusa, ocultação e mascaramento.

b) *A instância da regra*: a codificação do sexo segundo a lei – delimitação daquilo que é lícito e ilícito, permitido e proibido; a ordem sobre como o sexo funciona e opera; o poder rege o sexo através da linguagem, do discurso, através de um estado de direito; o poder é o legislador e o seu modo de ação é o jurídico-discursivo, ou seja, o direcionamento do sexo é estabelecido através do falar e fazer de regras do legislador.

c) *O ciclo da interdição*: uma forma de validação do poder através da lei de proibição. O renunciar e o restringir de você mesmo através da ameaça de que o sexo e o prazer serão retirados. Trabalha-se com o terror moral, o medo de ser afastado e anulado, e o medo de perder o que se possui, em nome do bem e do mal inexistentes.

d) *A lógica da censura*: mecanismo de censura admitido através da afirmação do que não é permitido, do impedimento que se diga, da negação que se exista. Dessa forma, as três características de censura implicam o julgar do conteúdo como ilícito, in formulável e inexistente.

e) *A unidade do dispositivo*: a formação geral do poder, a ser exercido em todos os níveis sociais, que engloba tanto o ordenamento de dominação social, quanto a estruturação característica dos indivíduos. Em outras palavras, comunica

¹¹ Há outras obras relevantes, como: “O Nascimento da Clínica”, “Em Defesa da Sociedade”, “Segurança, Território, População” e “Nascimento da Biopolítica”, de Michel Foucault, onde é aprofundado o neologismo de biopoder e biopolítica e complementa-se o conteúdo abordado na pesquisa, contudo, restringimos o estudo à análise dos traços da biopolítica, presentes na obra “História da Sexualidade”.

sobre a regularidade do poder em todas as instâncias em que ele ecoa (ver FOUCAULT, 1999, p. 81-82).

3.2 Os elementos foucaultianos – relação com a dominação

Durante a ditadura civil-militar brasileira, no campo do trabalho, esses traços tornaram-se mais fortes e evidentes, por conta do aumento do poder de influência do governo e de seu governante, fazendo com que o cidadão seja sujeitado a uma maior obediência, estabelecendo um maior medo e uma maior redução das liberdades individuais por meio da censura, perseguição, tortura e subjugação a um direcionamento de ordem trabalhista específico. Dentro do período analisado, durante os governos Médici e Geisel, os traços em destaque são *A instância da regra* - presentes no abuso midiático, pronunciando um domínio e um estado de direito sobre o sexo através do uso da linguagem, como influência no direcionamento do patriotismo excessivo, exaltação de símbolos nacionais e a ênfase no trabalho, usando, como exemplo, a propaganda do slogan ufanista “Brasil, ame-o ou deixe-o”, inspirado no slogan americano “America: love it or leave it”, e divulgado no ano de 1973, durante o governo Médici, que reforça o patriotismo e mobiliza a possibilidade de um inimigo interno, visto o cenário de guerra fria. Dessa forma, indiretamente, comunica-se uma reafirmação de um posicionamento liberalista do país. Outro traço que o slogan incorpora é o *O ciclo da interdição*, pois o radicalismo presente no discurso patriota inquieta e questiona o ser no que diz respeito ao seu direito de ir e vir, bem como adentra a reflexão sobre a liberdade, o sentimento de pertencimento, da vida e de direitos. O slogan também incorpora o traço *A unidade do dispositivo*, visto que ele comunica e reafirma qual a característica que deve possuir o cidadão brasileiro da época – é aquele sujeito que ama a pátria.

Outro exemplo, dentro de *A instância da regra*, dentro do mesmo constructo do uso da linguagem anteriormente estabelecido, seria a propaganda institucional “Governo Geisel – Trabalho e Paz”, transmitida na metade do ano de 1976, durante o governo Geisel, que usava e abusava de símbolos nacionais no direcionamento ao trabalho. A propaganda serviu como uma resposta ao momento de crise econômica de 1974, buscando vincular a mensagem de trabalho com a harmonia, discursando também a esperança de futuro por meio do trabalho.

Em meio ao governo Geisel, o traço *A lógica da censura* faz-se presente a partir do Decreto-lei Nº 1.632, de 4 de agosto de 1978, cuja ementa “dispõe sobre a proibição de greve nos serviços públicos e em atividades essenciais de interesse da segurança nacional”. Desse modo, afirma-se a negação da existência de possíveis insatisfações na relação de trabalho e trabalhador. O decreto-lei fora um reforço ainda mais severo à ilicitude das greves que dizem respeito a serviços públicos e essenciais, que já havia sido estabelecida através da Lei Nº 4330, de 1º de junho de 1964, durante o governo Castelo Branco e que, naquele primeiro momento, já havia extinto as manifestações no ano de 1971, cumprindo também com o traço *A lógica da censura*.

Em meio à realidade do ambiente fabril, fez-se presente o traço *A relação negativa*, através da medida que indica, na ficha de trabalho, uma recusa a um possível aumento salarial a qualquer trabalhador que se rebelasse ou que apresentasse qualquer atividade suspeita.

Adentrando a tortura e a morte que se fizeram presentes no período analisado, o objetivo por trás da instrumentalização da tortura esteve, para além da tortura física, psicológica e danos morais, em anular a personalidade do sujeito, diminuindo suas capacidades físicas e mentais (ver Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 76). Assim sendo, o traço da biopolítica evidenciado é *O ciclo da interdição*, uma vez que a tortura tinha como objetivo a renúncia do ser, das suas capacidades, liberdade e escolhas, e seus instrumentos organizavam uma ameaça de que a existência e o prazer poderiam ser permanentemente anulados. Essa renúncia de si mesmo pode ser mais bem evidenciada através dos dados que demonstram que muitos dos sujeitos mortos durante a tortura tiveram seus corpos ocultados, com laudos médicos falsificados e sepultamentos anônimos (ver BORGES, 2008, p. 5), renunciando a existência do ser junto, inclusive, da verdadeira causalidade da sua morte.

O traço *A relação negativa* faz-se presente a partir das medidas que geravam a exclusão ao gozo moral da saúde pública para aqueles que não fossem trabalhadores formais e que não possuíssem as contribuições mensais atualizadas à previdência social. Essas medidas vigoraram nos anos de 1964 através do INPS e, posteriormente, em 1977, através do INAMPS, acompanhando todo o período analisado, como desenvolvido na sessão 1.2.

Além disso, são interpretadas as medidas que precederam e organizaram o cenário analisado - de ordem econômica e trabalhista, e que foram colocadas em prática a partir do ano de 1964, durante o governo Castelo Branco. Dentre as primeiras medidas, naquele mesmo ano, fez-se presente a desarticulação dos sindicatos de trabalho, o que pode ser identificado como o traço *A lógica da censura*, pois tornou ineficaz a organização das revoltas dos trabalhadores, através de medidas que tornaram os sindicatos ineficientes e impedidos, inviabilizando a sua existência. Durante o mesmo ano, segundo a Comissão Nacional da Verdade (CNV), o governo adotou a medida de substituir os cidadãos por militares nos cargos chefes do ambiente fabril, sendo que essa medida pode ser entendida como *A unidade do dispositivo*, pois estabeleceu a regularidade do poder em diferentes instâncias e formas no qual ecoa. Nesse caso, é uma medida que valida a presença e a dominação social do governo pelo controle militar, em meio ao ambiente fabril. Esse mesmo traço da biopolítica também é evidenciado, no ano de 1964, pela estagnação do baixo salário-mínimo (arrocho salarial), configurando, assim, a estruturação do indivíduo submetido à exploração da força de trabalho por meio de uma estratégia predatória de acumulação e produtividade econômica - em que se paga menos do que o valor equivalente dessa força de trabalho. Ainda naquele primeiro ano de governo Castelo Branco, fez-se presente o traço *A relação negativa*, a partir de medidas de restrições para pequenas e médias empresas, volatilidade e incertezas no trabalho do meio rural, ademais, através dessas discontinuidades a esses meios de trabalho, são estabelecidos uma segurança e um direcionamento ao trabalho em empresas estrangeiras, que eram beneficiadas por meio de acordos entre o Brasil e os Estados Unidos.

Ainda analisando os antecedentes ao governo Médici, em 13 de dezembro de 1968, foi decretado o Ato Institucional Nº 5 (AI-5) que assegurou um poder e influência ao governo para suspender direitos políticos dos cidadãos, como o de ir e vir, bem como o direito de legislar por decreto, realizar prisões sem a presença de juízes ou mandatos, sem formalidades legais e sem a comunicação de qual crime cometido, julgar crimes políticos em tribunais militares, cessar mandatos eletivos, demitir funcionários públicos e juízes e suspender o *habeas corpus*, abrindo portas para a perseguição, violência, medo, tortura e mortes. Essas medidas caracterizam-se como *A instância de regra*, pois prescrevem a “ordem” sobre como a prática da vida deve operar – pela ordenação do exercício do trabalho e do prazer em

sociedade, em diferentes formas e significações, por meio da lei, e todo o poder e influência do governo assegurados através decreto do AI-5.

Conclusão

A partir da análise histórica, as medidas do governo e a realidade em que o povo brasileiro foi submetido, compreende-se que o governo direcionou-o ao trabalho forçado e explorado formalmente, vinculando-o a um ideal de futuro milagroso e a uma lógica excludente de “saúde pública”. Ao mesmo tempo, ocorreram punições e deméritos a qualquer trabalhador que se rebelasse ou que aparentasse ser uma ameaça, fazendo-o através da tortura e morte. Dessa forma, o cidadão era direcionado ao trabalho formal, sem que seus direitos fossem assegurados e temendo a violência do Estado, que poderia violar, inclusive, a sua própria vida. Como consequência, uma geração foi induzida a escolher, como opção de sobrevivência, submeter-se ao trabalho em condições sub-humanas, como única saída possível.

Aprofundando os estudos sobre análise institucional do psiquiatra Baremlitt, analisa-se que o principal fator que estrutura o processo de dominação está relacionado à utopia e a promessas de que o resultado final da atual prática do trabalho traria frutos em uma melhor realidade – seja em nome de uma vida melhor, uma maior renda, um futuro harmonioso ou, até mesmo, através de promessas de um avanço geral da nação. Assim posto, a utopia intoxica a prática, criando um ideal de normalidade, tornando-a desejada, invariável, indiscutível. Ao mesmo tempo, esse ideal pode tomar enormes proporções na mente e nas motivações do indivíduo, abrindo portas, inclusive, para que a vida, a dignidade e os direitos humanos sejam desconsiderados em nome das grandes promessas de êxito na prática. Expresso em outros termos, a dominação está em convencer o indivíduo de que o resultado da prática do trabalho é muito mais relevante do que qualquer outra coisa, inclusive, do que ele mesmo. Essa persuasão passa a ser vivenciada como uma motivação utópica comum e, assim, entendida como normal e desejável por todos os agentes da prática de forma alienante. Essa realidade foi consolidada no Brasil, entre o período de 1969 a 1979, por meio de um forte direcionamento ao trabalho formal, pelo patriotismo potencializado diante do

desenvolvimento econômico e do governo dos militares e no constante discurso que prometia um futuro harmonioso associado à vida trabalhista.

Além desse discurso e utopia, igualmente, existiram ações de ordem prática para assegurar a dominação e o direcionamento a um trabalho formal, por meio da obediência, medo, violência, censura e terror - o que hoje é denominado como “terrorismo de Estado”. Resultou em danos e sofrimentos, principalmente à classe trabalhadora, além de retirar seus direitos sociais e pessoais à vida digna. As medidas foram de exclusão, visto que não era assegurado o acesso à saúde pública aos trabalhadores não formais e que não possuísem a carteira de trabalho assinada e as contribuições mensais com pagamentos atualizados ao INAMPS. Medidas de exploração, a partir da estagnação dos reajustes salariais de salários mínimos, que não acompanharam a inflação e que resultaram em uma acumulação predatória do governo e um grande aumento da desigualdade social. Executaram-se medidas de ordem punitiva e determinações trabalhistas antiéticas: o trabalhador que se rebelasse, desobedecesse ou que apresentasse qualquer atividade suspeita era vedado de receber qualquer aumento salarial; havia perseguição, tortura e morte àqueles que expressassem um descontentamento ou se rebelassem contra a exploração no trabalho, ou contra o regime do governo.

Foucault releva o trabalho como um dos principais núcleos dentro da biopolítica, em que o sujeito cede o seu tempo, o seu esforço e sua vida em nome da vida da sociedade. Dessa forma, uma das primeiras medidas do governo durante o regime militar foi a desarticulação do sindicalismo dos trabalhadores e a substituição de civis por militares na chefia de cargos do ambiente fabril (ver Comissão Nacional da Verdade, 2014, p. 67 e 68). Assim sendo, existe um enfraquecimento dos movimentos trabalhistas na organização do seu descontentamento, ao mesmo tempo em que existe uma participação do Estado no ambiente fabril para assegurar um maior monitoramento, desempenho, controle, repressão e punição em uma maximização da exploração em realidade de acumulação predatória, diante do cenário de modernização e desenvolvimento agressivo e despreocupado do país. As violentas medidas do regime militar brasileiro demonstram o quão intensa, abrupta e desumana foi a organização e execução dos traços da biopolítica analisados, bem como sua vasta dimensão e presença na vida dos cidadãos, demonstrando o interesse de um governo opressor em valorizar mais os avanços, o desenvolvimento e a modernização do país do que

em se preocupar com a vida, a dignidade e a saúde do povo brasileiro, com ênfase, da classe trabalhadora. O traço da biopolítica em maior presença, a partir da análise, é *A instância de regra*, demonstrando que o principal recurso por trás das decisões desumanas do governo ditatorial esteve em ordenar como o sexo deve operar – ou de que maneira o exercício da prática da vida em sociedade deve ser e permanecer, adentrando o trabalho, o prazer, seus sentidos e significados. Desse modo, o governo legisla e direciona o modo de ação, delimitando o que pode ou não fazer, o que é lícito e ilícito e essas ordenações estiveram significativamente presentes no meio trabalhista.

O processo de dominação pode facilmente ser entendido como algo natural e desejável e entendemos, a partir da pesquisa, como o governo age e potencializa esse processo em diferentes instâncias, principalmente, através de medidas em que circulam a vida trabalhista. E, neste sentido, atualizando as análises de nossa pesquisa, identificamos ações ou discursos do ex-presidente Jair Bolsonaro, no ano de 2020, ao associar a COVID-19 como sendo apenas “uma gripezinha” para não cessar com as atividades trabalhistas e para comunicar o povo que não ficasse em casa (*lockdown*), opondo-se às diretrizes da Organização Mundial da Saúde durante a pandemia. Pode-se aproximar esse *modus operandi* bolsonarista àquele implantado no período da ditadura militar, a partir da despreocupação com a saúde pública em uma relação com a vida trabalhista, e que provocou muitas mortes evitáveis. A partir da biopolítica foucaultiana, esse discurso e prática encontram elementos em *A instância de regra*, pois defende a licitude da desobediência e omissão ao cumprimento de medidas preventivas para assegurar a saúde dos cidadãos durante o período da pandemia da COVID.

Entendemos, a partir da construção do artigo, que a geração submetida à “vida-trabalho” foi subjugada no auge do poder e da influência do governo ditatorial brasileiro – durante os anos 70, sob a vigência do Ato Institucional Nº 5 (AI-5). O músico e compositor Gonzaguinha expressou com maestria um grito de indignação à geração distante de si e domesticada a um futuro unicamente vinculado ao trabalho que aprisiona e que castra os sonhos do ser humano. Foi publicada, em 1983, a música *Um Homem Também Chora (Guerreiro Menino)* cujos versos comunicam, de maneira crítica e usando a ironia a contradição entre vida e trabalho vivenciadas durante esse período:

É triste ver meu homem
Guerreiro menino
Com a barra do seu tempo
Por sobre seus ombros
[...]
Um homem se humilha
Se castram seu[s] sonho[s]
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho

E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata

Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz.

Referências

ARAUJO, Victor Leonardo de; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. *A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma - Novas Interpretações*. São Paulo: Hucitec Editora, 2021.

ANTUNES, Ricardo; RIDENTI, Marcelo. *Operários e Estudantes Contra a Ditadura: 1968 no Brasil*. São Paulo: Margem Esquerda, 2007.

BAREMBLITT, Gregorio Franklin. *Compêndio de análise institucional e outras correntes - teoria e prática*. Minas Gerais: Instituto Felix Guattari, 2002.

BARONE, Ricardo Stazzacappa; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. *A Distribuição de Renda Durante o “Milagre Econômico” Brasileiro - Um Balanço da Controvérsia (p. 4)*. São Paulo: Instituto de Economia – Unicamp, 2015.

BORGES, Adriana Cristina; NORDER, Luiz Antônio Cabello. *Tortura e Violência por Motivos Políticos no Regime Militar no Brasil*. VII Seminário de Pesquisa em Ciências Humanas – UEL, Paraná, 2008.

Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/sepech/sepecho8/arqtxt/resumos-anais/AdrianaCBorges.pdf>>

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Arquivo Nacional – Centro de Referências Memórias Reveladas. *Relatório da CNV - Volume II – Textos Temáticos - Texto 2 - Violações de Direitos Humanos dos Trabalhadores*, 2014. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>

ESTE, Maria das Graças Manguiera. *Salário Mínimo – Uma História de Luta*. Senado Federal, Brasília, 2005.

Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/180154/SalMinimo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GAZETA DO POVO. *PIB do Brasil - Histórico e Evolução – Infográficos. Série Histórica – PIB Brasileiro Anual Desde 1962*, 2021.

Disponível em: <<https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>>

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *História, Trabalho e Memória Política. Trabalhadores Rurais, Conflito Social e Medo na Amazônia (1970-1980)*. *Mundos do Trabalho*, Santa Catarina, v. 6, n. 11, p. 129–146, 2014.

Disponível

em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2014v6n11p129>>

LARA, Ricardo, SILVA, Mauri Antônio da. *A ditadura civil-militar de 1964 - os impactos de longa duração nos direitos trabalhistas e sociais no Brasil*. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 122, p. 275-293, abr./jun. 2015.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. Diretório Brasil de Arquivos. *Fundo/Coleção IM - Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social*, 2022.

Disponível em: <<https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/instituto-nacional-de-assistencia-medica-da-previdencia-social>>

SOARES, Luiz Eduardo. *Vendendo a Saúde - O INPS e a Seguridade Social (segunda e última parte)*. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, volume nº 2, exemplar nº 1, p. 37 – 47, janeiro, fevereiro, março, 1977.

Recebido em: 02/03/2023.

Aprovado em: 16/03/2023.

Publicado em: 16/03/2023.